

13 Respostas para 13 Mentiras sobre plantações de monoculturas de

D E N D Ê



Introdução

Nas últimas duas décadas, milhões de hectares de plantações de monoculturas de dendezeiros cobriram as terras comunitárias na Indonésia e na Malásia, destruindo florestas e desalojando pessoas. Uma tendência mais recente é uma expansão cada vez maior das plantações em áreas rurais da África e da América Latina, onde os impactos sobre as comunidades já dão mostras de ser semelhantes aos enfrentados pelas comunidades afetadas pelas plantações de dendê na Indonésia e na Malásia.

A expansão das plantações de dendezeiros continua, apesar das centenas de conflitos que têm criado com comunidades que se opõem a essa expansão e que lutam para defender seus direitos. As empresas de óleo de dendê costumam negar que suas plantações causem problemas para obter apoio a seus planos de expansão na Ásia e, assim como na África e na América Latina, difundem uma série de declarações. O objetivo deste livreto é denunciar várias dessas declarações.

Mentira 1

Empresas de dendê usam a terra em regiões remotas ou em áreas não efetivamente usadas, ou nas chamadas terras marginais ou degradadas.

As empresas de dendê tendem a ocupar as terras que ofereçam as melhores condições de crescimento para seu dendê, em vez de estabelecer suas plantações em “terras degradadas que já perderam seu valor ambiental e econômico como resultado de retirada intensiva de madeira e outras atividades humanas que deixam a terra exposta à erosão da chuva e do vento, reduzindo, assim, a produtividade do solo”.¹ A fertilidade do solo e a disponibilidade de água são fatores fundamentais que determinam onde essas empresas estabelecem suas plantações. As terras preferidas incluem florestas, causando destruição florestal em grande escala e destruindo ecossistemas que são fundamentais, em muitos aspectos, para o bem-estar físico e cultural das populações locais que dependem de florestas.



As plantações de dendê são uma das principais causas do desmatamento na Indonésia. Foto: Eric Wakker

As terras usadas para a agricultura são outro local preferido. Mesmo que, na época em que o plantio é estabelecido, a terra não está sendo usada para cultivo, as empresas ainda violam muitas vezes os sistemas agrícolas locais ao tomar terras usadas em sistemas de rotação técnicas e tradições bastante comuns em muitos países e regiões do Sul global, como na África.

Quando estabelecem plantações de dendezeiros em terras produtivas usadas anteriormente para criação de gado, como no Brasil, as empresas costumam entrar em um conflito já permanente entre os proprietários das fazendas de gado e as pessoas que foram expulsas quando as grandes fazendas foram criadas. Muitas vezes, nesses locais, é contínua a luta por um pedaço de terra para a produção de culturas alimentares mais uma vez, em terras que foram tomadas por grandes pecuaristas. As pessoas exigem reforma agrária em lugares onde as terras agrícolas estão concentradas nas mãos de poucos. Nesse contexto, as empresas de dendê, que ocupam grandes extensões de terras férteis obtidas de latifundiários, contribuem automaticamente para mais concentração da terra em geral.

Mentira 2 A indenização paga às pessoas por perderem o acesso à terra é adequada

Na maioria dos casos, quem perdeu o acesso à terra como resultado de uma grande plantação de dendê não recebe qualquer indenização. Isso tem a ver com o fato de que, em muitos países no Sul global, as pessoas não possuem títulos legais das terras que usam e nas quais vivem há muitas gerações. No entanto, elas têm direitos consuetudinários a essas terras. Quando os governos nacionais estabelecem regras para a forma de calcular essa “indenização”, essas regras costumam excluir terras sob uso consuetudinário. As empresas afirmam que proporcionam indenização adequada ou justa, mas essa “indenização”, em geral, ignora os sistemas tradicionais e, por isso, resulta em pagamentos muito baixos e, por vezes, apenas para as culturas plantadas em parte do território usado por uma comunidade. Mesmo quando os direitos consuetudinários são reconhecidos, os pagamentos pela tomada das terras costumam ser mínimos. Com frequência, as terras são adquiridas pelo governo e por empresas sem o consentimento livre, informado e prévio das comunidades, de formas que correspondem a coerção, com a aceitação de um contrato ou de indenização muitas vezes obtida sob ameaça. Esta prática cria conflitos que tendem a se arrastar por décadas.



Na Indonésia, as empresas de óleo de dendê contratam jagunços armados para proteger suas plantações. Foto: Save Our Borneo

Mentira 3 A indústria do dendê contribui para a segurança alimentar

Segundo o Conselho do Dendê da Malásia um organismo voltado ao marketing essa cultura cumpre um papel importante na garantia da segurança alimentar,² porque sua produção é uma forma muito eficaz de atender à demanda da crescente população mundial por gorduras e óleos nos alimentos.

A realidade mostra que a expansão das plantações de dendezeiros na Malásia teve exatamente o efeito oposto sobre a segurança alimentar. Essas plantações prejudicaram os meios de subsistência e, portanto, a segurança alimentar de milhares de comunidades rurais. Isso também se aplica outros lugares do mundo, onde empresas desse país vêm expandindo suas plantações.

Além disso, em regiões nas quais o dendê chega e/ou se expande, as comunidades enfrentam o aumento dos preços dos alimentos básicos. Diferentes fatores contribuem para esse aumento, incluindo uma diminuição da produção local de alimentos, quando povos indígenas e camponeses param de produzir culturas para os mercados locais porque começam a trabalhar para empresas de dendê e não têm tempo de cultivar suas terras. Menos produção de alimentos significa menos soberania alimentar para as famílias e para regiões inteiras. Em um estudo sobre a realidade de pequenos produtores na Indonésia, um trabalhador das plantações de dendezeiros comentou: “As pessoas que trabalham em (plantações de) dendê acabam tendo que comprar arroz porque não trabalham nos campos (de arroz)”.³ As grandes plantações de dendê, embora produzam e vendam materiais para o processamento de alimentos, através desse processo também eliminam a fonte de alimento das pessoas, que as florestas forneciam gratuitamente. Essas roças florestais são destruídas ou se

tornam inacessíveis às comunidades quando as plantações de dendê são estabelecidas. A chegada de empresas de dendê em uma região, com suas promessas de “desenvolvimento” e “progresso”, também costuma resultar em uma tendência mais geral de especulação e nos aumentos de preços relacionados, não só dos alimentos, mas também de outros produtos e serviços.

Além disso, em situações onde as pessoas abrem mão de suas terras ou de parte delas para empresas de dendê em expansão e recebem uma indenização que elas próprias consideram adequada, o risco de insegurança alimentar no futuro se mantém. O acesso permanente à sua terra lhes teria permitido continuar a plantar alimentos que agora não podem

mais. O resultado é uma perda ou um aumento do risco à soberania alimentar dessas pessoas, hoje e no futuro, e também da região que os agricultores suprem com os alimentos que cultivavam. Tirar a terra das pessoas pode, portanto, significar colocá-las em risco de fome se não houver alternativas de emprego ou trabalho disponíveis, independentemente de se ter pagado ou não uma compensação adequada inicialmente que, como mencionado em resposta à mentira 2, acima, na maioria das vezes, não acontece.

A terra não é apenas um meio para a produção do fruto do dendezeiro, como é o caso de uma empresa de dendê. Principalmente para povos indígenas e comunidades tradicionais, em primeiro lugar, é um território, um lar para as populações locais que, de muitas maneiras, garante o seu bem-estar. Por exemplo, quando as pessoas têm negado o acesso a áreas de floresta que usam, seu bem-estar religioso e espiritual é afetado ao se destruírem lugares sagrados usados em rituais e tradições cerimoniais.



Horta comunitária em Comunidade Nueva Vida, Rigores, Honduras.
Foto: Elizabeth Díaz

Mentira 4 As plantações de dendezeiros têm uma necessidade mínima de água e de insumos químicos.

Qualquer monocultura em grande escala depende de agrotóxicos y fertilizantes para garantir a alta produtividade que as empresas buscam. Mesmo as chamadas quantidades “mínimas”²⁴ causam impacto significativo para os habitantes locais. Os agrotóxicos, e mesmo os fertilizantes, usados nas plantações poluem a água da qual as pessoas dependem. Outra fonte de poluição são os moinhos onde o dendê é processado para produzir o óleo bruto. Rios e arroios que as pessoas usam para obter água potável, tomar banho e lavar roupas ficam poluídos com o efluente dos moinhos de dendê conhecido como Palm Oil Mill Effluent (POME). Quando as plantações se expandem, essa poluição aumenta, juntamente com o volume de dendê processado nas fábricas, muitas vezes ao ponto de a água não ser mais utilizável.



Trabalhadores rurais pulverizam pesticidas em dendezeiros jovens, Departamento de Alta Verapaz, Guatemala. Foto: Larry Luxner

Um fator importante que torna irrelevante a alegação de uso “mínimo” de produtos químicos por hectare é a grande escala da operação. As plantações de dendezeiros muitas vezes cobrem milhares e milhares de hectares, transformando “necessidades mínimas” em grandes quantidades de agroquímicos. Em Sumatra Ocidental, por exemplo, uma empresa de dendê usa cinco tipos de herbicidas e os aplica de forma individual ou mista. Ela aplica cerca de 7 a 8 litros dessas substâncias tóxicas por hectare a cada trimestre.⁵ Para 50 mil hectares, são 350 a 400 mil litros a cada três meses, entre 1,4 e 1,6 milhões de litros por ano, o que se soma a uma vasta quantidade de produtos tóxicos, perigosos se usados em uma escala tão grande, que é comum para os projetos empresariais de plantação de dendezeiros. O uso de pesticidas e fertilizantes químicos em escala tão grande e durante períodos tão longos também aumenta significativamente o teor de nitrogênio na água, provocando o crescimento acelerado de algas na superfície, alterando microclimas e reduzindo os níveis de oxigênio, o que, por sua vez, leva a um declínio na biodiversidade de rios.

O mesmo se aplica ao consumo de água que pode ser “mínimo” no caso de alguns dendezeiros, mas arrisca causar escassez de água quando se trata de grandes plantações. As empresas também costumam desviar o curso de rios ou abrir canais de drenagem para obter e conseguir regular o fluxo ideal de água nas áreas de plantação. Esse desvio de água quase sempre é feito à custa das necessidades das pessoas, por exemplo, de pesca água potável. A manipulação em grande escala do fluxo natural de água também afeta o equilíbrio do estoque local por meio das diferentes bacias hidrográficas naturais das quais as pessoas dependem.

Mentira 5 As plantações de dendezeiros conservam o meio ambiente e contribuem para a redução do aquecimento global.

As plantações de dendezeiros são causas diretas conhecidas do desmatamento, destruindo as funções fundamentais cumpridas pelas florestas, como manter a biodiversidade e ser lar dos povos que dependem dessas florestas. Na Indonésia e na Malásia, onde está localizada a maioria das plantações de dendê do mundo, cerca de 14 milhões de hectares em 2012⁶ mais de 50% da expansão do dendê desde 1990 aconteceu à custa de florestas⁷. Enquanto isso, a crescente expansão do dendê na África e na América Latina, de acordo com muitos relatos e artigos,⁸ também está impulsionando o desmatamento.

A mudança no uso da terra implicada no estabelecimento de plantações de dendezeiros causa a conversão de terras de florestas ou de turfeiras, emitindo, no processo, enormes quantidades de carbono. Essas emissões, porém, costumam ser omitidas em afirmações sobre o suposto benefício que o uso do dendê como agrocombustível tem para o clima. Em um estudo, calcula-se que o uso do óleo de dendê como agrocombustível leva a um acréscimo de 25% nas emissões em relação ao diesel fóssil; isso foi observado com a inclusão, no cálculo, das emissões oriundas das mudanças no uso da terra para plantação de dendezeiros.⁹

Governos de países produtores e empresas de dendê fazem lobby internacional para que as plantações de dendezeiros sejam consideradas florestas a FAO, da ONU, ainda as define como cultura agrícola. Alterando sua denominação para “florestas”, o objetivo é garantir o acesso a REDD+¹⁰, MDL¹¹ ou outros esquemas de comércio do ecossistema, o que poderia, então, permitir que as empresas gerassem uma renda extra



Área desmatada com dendezeiros recentemente plantados na província de Sumatra do Sul, na Indonésia. Foto: Eric Wakker

com a venda de créditos de carbono das plantações de dendezeiros. No entanto, a idéia de empresas de dendê recebendo dinheiro por armazenamento (temporário!) de carbono em suas plantações é inaceitável, não só por causa da quantidade de CO2 emitida quando as florestas foram convertidas em plantações de dendê, mas também tendo em conta os impactos negativos das grandes plantações sobre as pessoas e o meio ambiente. Por fim, isso é inaceitável porque o próprio mecanismo do comércio de carbono implica a continuação, e não a redução, de atividades que contribuem para as alterações climáticas, realizadas pelos próprios compradores de créditos de carbono em outros lugares poluentes.¹²

Portanto, a melhor maneira para as empresas de dendê contribuírem para a redução do aquecimento global é não criar qualquer plantação nova. Nem mesmo seu argumento de que plantar dendê em terras degradadas aumentaria o estoque de carbono naquela área específica não resiste a uma análise. Como se observou na resposta à mentira 1, as empresas tendem a ocupar as terras com melhores condições de crescimento para os dendezeiros, o que, obviamente, exclui as terras degradadas.

Mentira 6

As empresas dizem se comprometer a ouvir as comunidades que serão ou já são afetadas pelas plantações de dendezeiros, e atender suas demandas¹³

No momento em que se envolvem com as comunidades, as empresas geralmente já têm uma licença ou algum apoio do governo nacional para começar a sua plantação. Portanto, o projeto sempre acontece de cima para baixo, nunca de baixo para cima, e a opção de não estabelecer o plantio raramente faz parte do espectro de opções discutidas.



Agricultores e povos indígenas protestam contra planos para expandir as plantações de dendezeiros nas Filipinas. Foto: Ronalyn Olea

Assim, quando as empresas entram em contato com as comunidades, é comum que venham não para ouvir e aprender sobre as demandas dessas comunidades e sobre a forma como a terra já está sendo usada, e sim para informá-las sobre seus planos, na esperança de que essas comunidades não as atrapalhem, e sim as apoiem. Para obter esse apoio, as empresas tendem a visar inicialmente os líderes da comunidade, pressionando-os para que aceitem e garantam o apoio local ao projeto da plantação, muitas vezes argumentando que o governo, no mais alto nível, já deu seu apoio. Quando as empresas encontram resistência entre líderes e comunidades, uma tática usada frequentemente na tentativa de romper essa resistência é oferecer algum tipo de benefício, na maioria das vezes alguns empregos e/ou algum projeto social para a comunidade específica.

As empresas raramente mantêm o princípio muito aceito internacionalmente que garante às comunidades o direito de Consentimento livre, informado e prévio (CLIP). Para ser significativo, o CLIP deve incluir o direito de dizer não ao projeto. E, ao dizer que “aplicam o CLIP”, as empresas costumam misturar “consentimento” com algum tipo de “consulta”, usando, por exemplo, uma lista de presença de reuniões realizadas na comunidade para “provar” que as consultaram e que elas apoiam seus planos.

Na maioria dos casos, com a Sime Darby, na Libéria, e a Herakles, em Camarões como exemplos recentes¹⁴, as empresas só se sentam com as comunidades e ouvem suas demandas quando são forçadas a isso, por exemplo, após protestos pesados por parte de uma comunidade contra as práticas da empresa e contra os impactos das plantações sobre a vida daquela comunidade.

Mentira 7 As plantações de dendezeiros criam muitos postos de trabalho e, assim, contribuem para o emprego na região.

Os empregos nas plantações de dendezeiros geralmente são mal pagos e, portanto, relativamente baratos para as empresas.¹⁵ Além disso, os direitos dos trabalhadores, como receber pagamento quando estão doentes, raramente são protegidos. Em muitos casos, os contratos dos trabalhadores com as empresas não garantem um salário mensal nem benefícios adicionais. Direitos que são comuns nesse tipo de contratos em países com uma legislação trabalhista adequada e serviços eficazes de inspeção trabalhista estão ausentes na grande maioria dos contratos de trabalhadores das plantações de dendê isso quando eles têm um contrato de trabalho. É comum essas pessoas trabalharem como diaristas, sem contrato ou qualquer benefício adicional.

Em alguns países, a terceirização da mão de obra é uma forma de evadir obrigações sociais, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta antisindical, que promove o trabalho informal e precário. Na Colômbia, por exemplo, o governo estimulou inicialmente a criação de Cooperativas de Trabalho Associado (CTAs). Enquanto se afirmava que essas novas formas de emprego transformariam os trabalhadores em seus próprios chefes, o que as CTAs faziam era privá-los de seus direitos como empregados, sem promover qualquer direito comparável para garantir condições de trabalho decentes. Ao transformar o emprego direto com a empresa em emprego intermediado pelas CTAs, os direitos dos trabalhadores de se organizar em sindicatos, de reclamar de más condições de trabalho ou de reivindicar um salário melhor foram restringidos.¹⁶

Além disso, os trabalhadores, incluindo as mulheres que trabalham nas plantações, têm que realizar atividades de risco, como a aplicação de agrotóxicos, com graves impactos negativos sobre sua saúde. Muitas vezes, não têm acesso a equipamentos de segurança que poderiam, pelo menos, reduzir o impacto. E quando começam a plantar dendê para a empresa ou trabalham em plantações pertencentes a ela, os camponeses têm pouco ou nenhum tempo para trabalhar no campo, produzir alimentos e colher produtos alimentares nas florestas. As mulheres, por sua vez, enfrentam uma dupla jornada de trabalho:

*“Trabalhar nos campos [da empresa] é muito difícil; a verdade é que é muito difícil ser trabalhador braçal. A gente tem que aceitar o calor e estar na chuva. Além da responsabilidade da casa, há também o trabalho fora, de manhã até a tarde e, quando se chega em casa, ainda tem as tarefas domésticas”.*¹⁷

Assédio por parte de capatazes ou seguranças de empresas também é uma realidade comum:

*“Os capatazes, às vezes, eles assediam as trabalhadoras para que elas tenham relações com eles, e em troca, dão trabalho melhor. Mas como nós lutamos por nossos direitos, eles nos forçam a abrir mão do nosso trabalho, e o meu filho estava na escola e eu tive que levá-lo para longe porque eles nos forçaram a abrir mão do nosso emprego.”*¹⁸

Em alguns casos, os trabalhadores chegam a vir de fora, porque os membros da comunidade não aceitam as más condições de trabalho. Muito poucas ou nenhuma pessoas da comunidade têm acesso aos postos de trabalho mais qualificados, e esses trabalhadores geralmente são recrutados de fora, e não dentro das comunidades locais. As comunidades também reclamam de que a maioria dos empregos existe nos primeiros anos, quando as plantações de dendê são estabelecidas, e que, mais tarde, poucos são os que se mantêm.

Embora ainda seja predominantemente manual, o trabalho em uma plantação de dendê não pode competir com a quantidade de trabalho e o número de empregos que podem ser criados por meio da pequena agricultura e de usos da terra (florestal) diversificados, geridos e controlados pelas comunidades camponesas.



As condições de trabalho são muito precárias nas plantações de dendê. Foto: Jeremy Sutton-Hibbert/Alamy

Mentira 8

Envolver pequenos agricultores no plantio de dendê em regiões de expansão lhes oferece benefícios adicionais e é uma excelente alternativa para eles.

Muitas vezes, as empresas, como a Petrobrás no Brasil¹⁹, dizem que vão implementar parte de seus projetos de plantações por intermédio de pequenos proprietários; segundo suas promessas, isso oferece um benefício adicional às comunidades locais. Mas será mesmo verdade? Quais são as experiências da Indonésia, o país com o maior número de pequenos produtores de dendê no mundo?

Naquele país, cerca de 30% de todo o dendê entregue aos moinhos vem de plantações de pequenos produtores. Através de um complexo processo de alocação de terras, a maioria desses pequenos produtores faz parte de um sistema promovido pelo governo no qual uma área em torno do moinho o inti pertence à empresa e uma área circundante o plasma muitas vezes mais distante da usina, pertence a pequenos produtores. Cada um desses pequenos agricultores tem cerca de dois hectares de dendê, com uma área menor para outras atividades, como, por exemplo, a agricultura de subsistência. Eles podem vir da mesma área, mas também são migrantes que se deslocam para a região como parte de programas de transmigração.

Algumas das principais queixas dos pequenos produtores estão relacionadas ao fato de que eles não são consultados sobre o projeto de dendê, pelo que, por um lado, são forçados a abrir mão de suas terras tradicionais, incluindo áreas florestais das quais costumam depender em muitos aspectos, enquanto, por outro lado, recebem em troca a área de dois hectares de dendê com uma espécie de “título de propriedade”. Isso significa uma violação dos seus direitos consuetudinários e muitas vezes resulta em conflitos, dos quais existem centenas hoje na Indonésia.

Outro problema é que, para estabelecer as plantações, os pequenos agricultores assumem uma dívida que muitas vezes têm dificuldades de pagar. Governos e empresas tendem a exagerar os lucros que as plantações de dendezeiros podem oferecer para a população local. Ao mesmo tempo, é raro informarem adequadamente os pequenos produtores sobre os custos e o risco de assumir uma dívida na qual, dependendo dos acordos, incorrem diretamente, ou que têm de pagar à empresa por preparar suas áreas de dois hectares e por plantar as culturas. O esquema praticado na Indonésia, hoje, muitas vezes condena os agricultores a uma vida de endividamento permanente. Muitos agricultores carecem de contratos com a empresa e têm muito pouca informação sobre o esquema financeiro em que se envolveram. Quando o rendimento dos dois hectares é reduzido por pagamentos da dívida e de outras despesas gerais, as pessoas precisam complementar sua renda com atividades fora de sua terra.



Pequeno agricultor trabalhando com a Biopalma Vale, no Brasil. Ele ainda gasta mais do que ganha. Foto: Verena Glass

Uma dificuldade está relacionada aos custos extras e outros problemas envolvidos no negócio do dendê, como a dependência em relação à empresa para transportar os frutos. O transporte não pode ser adiado quando os frutos estão maduros, ou os pequenos agricultores correm o risco de perder a colheita e a renda. Um problema é que, no momento do transporte dos frutos das plantações até os moinhos, as empresas tendem a dar prioridade às suas próprias plantações e não às dos pequenos produtores. Para piorar as coisas, estes produtores estão mais distantes e, muitas vezes, não têm acesso a estradas adequadas para chegar aos seus lotes, tornando o transporte ainda mais difícil, também em termos de manutenção:

“Nossa terra foi dividida em inti e plasma, mas o inti está próximo de nós pela estrada, enquanto o plasma está há cerca de 18 km de distância e não tem estrada, então; se o sawit (dendê) é bom (produtivo), não nos beneficia”.

Outras queixas estão relacionadas ao uso de agrotóxicos. Embora costumem ser muito caros e, portanto, não sejam usados, nos casos em que os pequenos agricultores usam pesticidas, eles não estão preparados para isso:

“Sim, nós usamos (pesticidas), mas não conhecemos os riscos. Nenhum de nós teve treinamento. Não tomamos precauções até alguém ficar cego. Agora, sim, estamos muito preocupados”.

Também existem problemas com a representação dos trabalhadores nas cooperativas lideradas pelo governo, o que torna ainda mais difícil para as famílias defender seus direitos e expressar suas preocupações. Um morador local resume a experiência da seguinte forma:

*“É como se fôssemos fantasmas na nossa própria terra. Temos sido tão trespassados pelos espinhos do dendê que estamos quase mortos, fomos deixados assombrando aquilo que já foi a nossa própria terra. Geralmente não costumamos dizer isso, mas é assim que é realmente. Precisamos nos defender por conta própria e explicar como o dendê está nos prejudicando”.*²⁰

Mentira 9

As plantações de dendezeiros ajudam as comunidades a desenvolver e melhorar a oferta de serviços básicos aos moradores (estradas, clínicas, escolas)

É verdade que, muitas vezes, a empresa de dendê cria uma rede de estradas ao longo das plantações, mas as estradas são construídas porque um bom acesso é essencial para o transporte dos frutos colhidos. A rede de estradas pode beneficiar as comunidades ou as ameaçar, por exemplo, quando a empresa muda o curso de estradas usadas tradicionalmente pelas comunidades. Uma queixa comum dessas comunidades é que o seu direito de ir e vir livremente pela área onde as plantações são criadas é restringido e elas podem até perder o acesso e ser impedidas de usar a estrada por guardas particulares que estão lá para “garantir” a plantação de dendê.

No que diz respeito a construir e oferecer escolas e serviços de saúde, as comunidades frequentemente se queixam de que essas promessas são postergadas ou não são cumpridas. Mesmo que a empresa ofereça serviços médicos a seus funcionários, esse direito geralmente não se estende às comunidades afetadas.

No entanto, embora seja relativamente fácil e atrativo para as empresas construir instalações de saúde ou educação que possam ser inauguradas oficialmente e mostradas como contribuições concretas e visíveis às comunidades é muito mais difícil e dispendioso mantê-las e melhorá-las no longo prazo, principalmente para governos do Sul global, que geralmente foram forçados a reduzir orçamentos para educação e saúde, como resultado de políticas neoliberais.

No final, as empresas se beneficiam mais com as medidas do governo para “atrair investimentos” obtendo concessões gratuitas ou a preço baixo e outras vantagens, tais como incentivos fiscais, subsídios, empréstimos com baixas taxas de juros, etc do que se beneficiam as comunidades de iniciativas locais da empresa. No Gabão, por exemplo, um acordo entre o governo e a empresa produtora de óleo de dendê Olam inclui isenções de imposto de renda por 16 anos, isenção de IVA e de tarifas aduaneiras sobre maquinário e insumos importados, óleo e gás, e fertilizantes.²¹



Alunos estudam em uma “sala de aula” em Grand Bassa, Libéria, construída pela Equatorial Palm. Foto: Kuni Takahashi

Mentira 10 Empresas de dendê contribuem para o desenvolvimento sustentável dos países.

A maior parte da atual expansão das plantações de dendezeiros na África e também na América Latina²² não é resultado de um aumento da demanda local ou nacional pelo óleo de dendê nesses continentes. Pelo contrário. É muito mais uma questão de abastecimento dos mercados fora desses continentes. É também nesses lugares distantes que o petróleo bruto é refinado e transformado em produtos finais. Os postos de trabalho e a riqueza criados em torno dessas atividades não beneficiam as pessoas nos países produtores.

Dados de 2010/2011 sugerem que a Índia é atualmente o principal importador de óleo de dendê, seguida da China e da União Europeia. Porém, a Europa continua sendo, de longe, o maior consumidor de óleo de dendê e óleo vegetal em geral, incluindo o fabricado a partir de outras sementes, como soja e canola. Isso se deve a seu padrão de consumo excessivo, que inclui o uso do dendê em uma ampla gama de produtos de supermercado, ao contrário da China e da Índia, onde ele é usado majoritariamente para cozinhar.

O consumo de óleo vegetal per capita na União Europeia em 2010 foi 2,6 vezes maior do que na China e 4,5 vezes maior do que na Índia²³. As metas de agrocombustíveis estabelecidas nos últimos anos são outra causa do consumo de óleo de dendê na União Europeia.



Plantação de dendê em Sumatra do Sul, Indonésia.
Foto: Eric Wakker

Mentira 11 A indústria de dendê está comprometida com vários padrões de nível elevado, como a conduta ética.

Os grandes atores envolvidos na indústria de óleo de dendê afirmam, nas informações anuais públicas sobre sua abordagem de negócios, que adotam padrões diferentes de conduta empresarial, mas, ainda assim, “elevados”. Eles afirmam que o negócio é feito com “integridade”, “respeito”, “honestidade” e “confiança”.²⁵

No entanto, a realidade da conduta do setor de óleo de dendê em países como a Indonésia não comprova essas afirmações de que as empresas de dendê são exemplos de boa conduta ética. Pelo contrário, o setor tem se envolvido em casos de corrupção, concussão e suborno, bem como na busca de ganhos por parte de políticos²⁶ e funcionários do governo. Além disso, muitos casos de violência já foram relatados²⁷ em centenas de conflitos com as comunidades locais com que as empresas estão envolvidas.



Algo muito comum: uma criança trabalhando em uma plantação de dendê na Indonésia. Foto: Asrian Mirza.

Mentira 12 A RSPO garante dendê sustentável

A Mesa Redonda de Dendê Sustentável (RSPO) reuniu um conjunto de princípios e critérios que uma empresa que quer ser certificada pela RSPO deve cumprir para afirmar que produz “dendê sustentável”. No entanto, a RSPO sofre de problemas estruturais que tornam impossível cumprir essa promessa. O principal problema é que os grandes atores globais no setor de dendê representam a grande maioria dos seus membros. Outro problema é que a RSPO não faz distinção entre as diferentes escalas de operação, aplicando os mesmos critérios a pequenas plantações e a monoculturas de dezenas ou centenas de milhares de hectares que, por definição, não são sustentáveis para a população e a natureza locais.



Protestos por ocasião da reunião anual da RSPO, Jacarta, Indonésia.
Foto: Center for Orangutan Protection

O óleo de dendê é atualmente o mais barato disponível, em comparação com outros, como soja ou canola, que abastecem o mercado consumidor nos países industrializados e emergentes. Esse mercado é mantido e alimentado pelos grandes atores da RSPO, que têm enormes lucros com o padrão de consumo em que se usa óleo de dendê em uma imensa gama de produtos, principalmente de supermercado, consumidos por uma minoria da população mundial. O lucro líquido, em 2012, das duas maiores empresas de óleo de dendê foi de 1,3 bilhão de dólares no caso da Wilmar²⁸ e de 1,4 bilhão, no caso da Sime Darby.²⁹ A lógica corporativa que permite a obtenção de lucros nesse nível depende de expansão contínua. Nesse contexto, a participação na RSPO e, assim, o “compromisso” com uma forma “sustentável” da produção de dendê é apenas um passaporte para entrar em novos territórios e expandir ainda mais a produção e os lucros. Enquanto isso, as companhias de dendê continuam a externalizar a maior parte dos custos sociais, econômicos, culturais e ambientais e suas plantações para as pessoas e a natureza. A RSPO, portanto, não interfere no principal objetivo das empresas ampliar a participação no mercado e o lucro para os acionistas. Pelo contrário, serve como uma forma de fazer “lavagem verde” em plantações de dendezeiros e sua imagem.

Muito mais próximos de uma forma sustentável de produção de óleo de dendê e de muitos produtos baseados nele são os sistemas tradicionais de cultivo e processamento do óleo para produtos vendidos nos mercados locais e regionais. Essas economias tradicionais de dendezeiros ainda são praticadas em muitos países da África ocidental e central e em uma região específica do Brasil. Esses tradicionais sistemas diversificados, onde o dendê é cultivado por métodos agroflorestais ou de consórcio, proporcionam muito mais benefícios às economias locais e nacionais nesses países, a um custo ambiental bem menor. Estima-se que entre 6 e 7 milhões de hectares de dendezeiros na África foram cultivados em sistemas tradicionais³⁰, especialmente na Nigéria, representando cerca de um terço da área plantada globalmente.

Mentira 13 As empresas de dendê se comprometem a desenvolver e implementar uma política para prevenir a violência contra as mulheres.

Essa afirmação pode ser encontrada em documentos de empresas de dendê (palma), principalmente entre as que são membros da RSPO (veja a mentira no 12), por ser um dos critérios de “sustentabilidade” do selo.

No entanto, a realidade é que as diferentes formas de violência de gênero que muitas mulheres e meninas sofrem diariamente em sociedades patriarcais (estupros e assédio sexuais, maus tratos físico, verbais e psicológicos e/ou espancamentos violentos) costumam aumentar muito com a chegada de plantações industriais de dendezeiros em seus territórios, sejam elas certificadas ou não.

A essas formas de violência, somam-se a privação de terras para o cultivo, com o consequente impacto sobre a soberania alimentar e a economia familiar, a criminalização pelo uso tradicional do óleo de dendê e a contaminação das fontes de água. Tudo isso afeta de forma direta e diferenciada não só as mulheres, por causa de seu papel em comunidades e núcleos familiares, mas também meninas e meninos.

A violência de gênero é um dos impactos mais graves das plantações industriais de dendê e, no entanto, uma das menos visíveis. Isso acontece precisamente porque as afetadas são mulheres. Por hábito, medo, vergonha ou mesmo indiferença por parte das autoridades competentes, elas geralmente não denunciam esses abusos. Muitas vezes, elas não têm voz em suas comunidades nem são ouvidas dentro das próprias famílias. As mulheres, em sua maioria, são as únicas responsáveis por cuidar de filhas e filhos, e se eles são agredidos, elas costumam ser responsabilizadas, apesar de não terem como agir ou reagir a esses abusos.

Quando são empregadas de empresas de dendê, as mulheres sofrem maus tratos, assédio e até estupros por parte de capatazes ou guardas de segurança. “Às vezes, os capatazes assediam as trabalhadoras para que tenham relações com eles e eles lhes deem um emprego melhor”, conta uma testemunha de Honduras.

Em Serra Leoa e Camarões, durante os encontros de mulheres que vivem em comunidades cercadas por plantações industriais, foram relatados casos de violência sofrida por trabalhadoras de empresas de dendê, por exemplo, exploração do trabalho de mulheres grávidas e exposição a agrotóxicos sem qualquer proteção. É comum as mulheres trabalharem nos viveiros, onde são utilizadas grandes quantidades de pesticidas. Isso as afeta especialmente porque um dos efeitos desses produtos tóxicos é a perda de fertilidade e, no caso das mulheres que estão amamentando, o risco de transmitir os venenos aos filhos pelo leite.

Isso também ocorre em plantações industriais de dendê na Ásia. Em países como a Indonésia e a Malásia, as mulheres realizam tarefas de fumigação com pesticidas e fertilizantes tóxicos que as expõem, junto com os filhos, a graves riscos à saúde. Na maioria dos casos, elas não são informadas nem têm equipamentos de proteção.

A isso se soma a superexploração: famílias que vivem em torno de plantações industriais também cultivam dendê em suas pequenas propriedades e fornecem a colheita a grandes empresas. Nesses casos, as mulheres são particularmente afetadas porque trabalham por produção e sem salário, na pequena plantação familiar, além de ter que cumprir as tarefas domésticas. Isso acontece em um contexto em que elas dependem economicamente dos homens e geralmente não têm permissão para participar das decisões sobre a terra.

As mulheres não sofrem violência apenas quando trabalham para empresas; elas também são vítimas dela em sua vida cotidiana em torno das plantações. As empresas tomam terras e poluem, desviam rios ou os secam. Como resultado, mulheres e meninas são obrigadas a andar muito mais para encontrar água e terras adequadas para produzir alimentos. Se tiverem que atravessar plantações no caminho, elas ficam expostas ao assédio e à violência por parte de guardas de segurança ou policiais. Nos poucos casos em que se atrevem a denunciar o



“Queremos que nossas florestas e terras sejam devolvidas”, dizem as mulheres organizadas na Serra Leoa (2017).

que aconteceu, geralmente prevalece a impunidade, o que leva à sua frustração e à perpetuação da violência, e elas são obrigadas a andar em grupos para se proteger. Múltiplos direitos são violados nessas situações: dignidade, alimentação, acesso à água, integridade física e liberdade de ir e vir.

Elas também sofrem maus tratos, espancamentos e prisões quando são vistas com pequenas quantidades de frutos de dendê, que elas cultivam de maneira tradicional e em pequena escala, e conseguem manter após as plantações industriais invadirem as terras. Os dendezeiros tradicionais são essenciais para as mulheres, que os usam para preparar produtos essenciais, como óleo, sabão e medicamentos caseiros, para consumo próprio ou para vender. Quando a polícia e/ou forças de segurança privadas as encontram com frutos ou óleo de dendê, acusam-nas de furto e as espancam. Inclusive invadem suas casas ou as feiras onde elas comercializam seus produtos e destroem o óleo que produzem. Testemunhos de Camarões dizem que, se a polícia encontrar apenas uma garrafa de óleo de dendê nas casas, as mulheres – que estão presentes nas casas com mais frequência – são mandadas à prisão.

Outra consequência dramática é que a pressão para garantir a alimentação familiar força as mulheres a emigrar e buscar outras fontes de renda. De acordo com um relatório ³¹, no Camboja, na Indonésia, em Papua-Nova Guiné e nas Filipinas, a prostituição está em alta, coincidindo com um maior número de casos de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre as mulheres que trabalham ou vivem em torno das plantações.

A violência também é exercida quando as mulheres se organizam e se mobilizam para protestar contra as plantações. Nesses casos, elas costumam ser discriminadas em suas famílias e comunidades porque, em muitos casos, não se aceita que as mulheres participem desse tipo de atividade. E, além disso, assim como muitos homens, elas acabam na prisão por protestar, como aconteceu várias vezes em Serra Leoa, onde até mulheres grávidas ou com filhos são detidas e mandadas à prisão, junto com as crianças.

Apesar de tudo, as mulheres se organizam para romper o silêncio e exigir o fim da violência. Elas buscam o diálogo em suas comunidades, tornam visíveis os casos e conclamam o resto do mundo a apoiá-las em sua luta.

O mercado crescente para o dendê na União Europeia (UE)

A demanda crescente por dendê está diretamente relacionada ao aumento da demanda por agrocombustíveis para consumo interno, e em particular, à explosão dos agrocombustíveis na UE, com metas estabelecidas para 2020 relacionadas ao uso de “energia renovável”. O óleo de dendê na UE é agora uma matéria-prima nobre por ser, de longe, o tipo mais barato de óleo vegetal disponível em grandes quantidades. Em anos anteriores, quantidades muito grandes de dendê já foram queimadas em usinas de energia e em plantas combinadas de calor e energia na Holanda e na Alemanha. Depois de protestos contra os impactos sociais e ambientais dessas plantações, o uso do dendê diminuiu, embora a Itália continue a fornecer incentivos para a queima do óleo com “subsídios verdes”. E novos planos de uso de biocombustíveis para a geração de energia no Reino Unido poderiam levar novamente a um aumento do uso do óleo de dendê em centrais elétricas. Também é provável que haja aumento no uso nos Estados Unidos. Além disso, em 2020, a indústria europeia

de aviação planeja usar dois milhões de toneladas de bioquerosene por ano. A expectativa é que o óleo de dendê seja a principal matéria-prima para as companhias aéreas no futuro.



No entanto, as evidências mostram que os maiores impactos dessa “explosão” sobre a expansão das plantações de dendezeiros no Sul até agora foram os indiretos: com a União Europeia usando dois terços da produção de óleo de canola para agrocombustíveis com diferentes fins, as indústrias alimentícias, cosméticas e químicas passaram a usar o dendê em seu lugar.²⁴

Conclusão

As afirmações da indústria de dendê que apresentamos não apenas são enganadoras; muitas vezes, elas são falsas, incluindo a declaração de que melhoram o bem-estar de comunidades locais. Como este livreto mostra, para a maioria das pessoas, a vida realmente muda com a invasão das plantações de dendezeiros em seu território, mas para pior.

No que diz respeito às comunidades, a expansão do dendê anda de mãos dadas com a realidade da perda de acesso a terras agrícolas e florestais, impactos sobre o suprimento de água e o aumento dos preços dos alimentos na região. Ela não oferece perspectivas para as gerações futuras, em termos de acesso a terra e florestas. O trabalho como pequenos proprietários ou trabalhadores de plantações expõe muitas pessoas a endividamento para a vida toda e a um futuro incerto de dependência em relação à empresa e ao preço que ela estiver disposta a pagar pelo dendê.

Centenas de lutas de resistência que acontecem nas áreas de expansão de dendê na América Latina, na África e na Ásia são testemunho de que as comunidades não aceitam facilmente esses impactos que lhes são impostos. Essas comunidades não querem ser “escravas”, e têm outras propostas sobre como melhorar suas vidas. Elas têm outras propostas para melhorar suas vidas e não querem ser “escravas” em suas próprias terras, lutam pelo reconhecimento de seus direitos à terra e a seus territórios e pedem apoio às alternativas que oferecem ao desenvolvimento de grandes plantações.

No outro lado da cadeia de produção, nos principais países consumidores de óleo de dendê, ainda são poucas as pessoas e organizações engajadas na luta para mudar o atual modelo de produção e consumo que promove o uso industrial do dendê em centenas de produtos de supermercado. Isso se aplica especialmente à União Europeia, com o maior consumo de óleo per capita e entre segmentos de classe média da sociedade em países emergentes, onde os padrões exportados por países industrializados levam a aumentos de consumo de produtos baseados em dendê e outros óleos vegetais. A demanda na UE é estimulada ainda mais pelas metas de uso de “energias renováveis”, incluindo agrobiocombustíveis.

Alianças mais fortes entre comunidades e organizações em países consumidores e nos que há plantações de dendê são necessárias para questionar mais efetivamente a expansão contínua das plantações. Isso passará, entre outras coisas, pela denúncia das mentiras e promessas vazias das empresas de dendê, pela solidariedade com aqueles que defendem os territórios e florestas dos quais dependem comunidades em países da Ásia, da África e da América Latina e que arriscam ser tomados por plantações de dendê. Também demandará solidariedade com aqueles que trabalham por diferentes modelos de produção e consumo que não sejam baseados em mais destruição das florestas e modos de subsistência das pessoas no Sul global.



Plantação de dendê no leste de Miri, Bornéu, Indonésia. Foto: Mattias Klum

Mais informações sobre os impactos das plantações de dendezeiros:

-“**Oil Palm in Africa: past, present and future scenarios**”, de Ricardo Carrere, WRM 2011 (em inglês: http://wrm.org.uy/countries/Africa/Oil_Palm_in_Africa.html)

-**Mapa interativo sobre a expansão do dendê na África**, do WRM (http://wrm.org.uy/countries/Africa/Oil_Palm_in_Africa.html)

-“**Uncertain futures: the impacts of Sime Darby on communities**”, de Silas Kpanan’Ayoung Siakor. WRM e SDI, 2012 :

[Http://wrm.org.uy/countries/Liberia/uncertain_futures.pdf](http://wrm.org.uy/countries/Liberia/uncertain_futures.pdf))

-“**Étude sur l’impact des plantations agro-industrielles de palmeirs à huile et d’hévéas sur les populations de Gabon**”, de Frank Ndjimbi. Brainforest, em conjunto com FERN e WRM, 2013 (apenas em francês: <http://wrm.org.uy/wp/books-and-briefings/etude-sur-limpact-des-plantations-agro-industrielles-de-palmiers-a-huile-et-dheveas-sur-les-populations-du-gabon/>)

-“**Crime environnemental : sur la piste de l’huile de palme**”, vídeo de Basta e Amigos da Terra-França sobre a Sime Darby na Libéria, 2012 (apenas em francês): <http://vimeo.com/40397295>)

-“**Live or drive: a choice has to be made: a case study of Sime Darby operations in Liberia**”, de Basta e Amigos da Terra-França, 2012; Informe FOE-França sobre a Sime Darby na Libéria (em inglês e francês: <http://www.amisdelaterre.org/Huile-de-palme-vivre-ou-conduire.html>)

-“**Progrès ou problem?**”, vídeo sobre os impactos do óleo de dendê na Indonésia, “Progreso o retroceso: voces de las plantaciones de palma de aceite”, de Lifemosaic, em conjunto com Sawitwatch e Amigos da Terra-Indonésia, (em francês: <http://vimeo.com/40397295>) (em espanhol: <http://vimeo.com/27342092>)

-“**Bajo Aguán: grito pela terra**”, de Alba Sud, Rel-UITA, em conjunto com FIAN, COPA e WRM. Vídeo sobre os impactos do dendê em Honduras, 2012

(Em Português http://wrm.org.uy/paises/Honduras/Grito_por_la_Tierra_pt.html)

-“**Seeds of destruction: expansion of industrial oil palm in the Congo basin potential impacts on forests and people**”, de Rainforest Foundation UK, 2013 (em inglês: <http://www.rainforestfoundationuk.org/files/Seeds%20of%20Destruction,%20February%202013.pdf>)

-“**Promised Land: Palm oil and land acquisition in Indonesia Implications for local communities and indigenous peoples**”, de Forest Peoples Programme e SawitWatch, <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rspo/publication/2010/promised-land-palm-oil-and-land-acquisition-indonesia-implicat>

-“**Ghosts on our own land: Oil palm smallholders in Indonesia and the Roundtable on Sustainable Palm Oil**”, de Forest Peoples Programme e SawitWatch <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rspo/publication/2011/ghosts-our-own-land-oil-palm-smallholders-indonesia-and-roundt>

-“**Land is life: Land rights and oil palm development in Sarawak**”, de Forest Peoples Programme e SawitWatch <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rspo/publication/2010/land-life-land-rights-and-oil-palm-development-sarawak>

-“**Palm oil and indigenous peoples in South East Asia**”, de Forest Peoples Programme <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rspo/publication/2010/palm-oil-and-indigenous-peoples-south-east-asia>

Páginas úteis na internet:

- wrm.org.uy
- oaklandinstitute.org
- www.palmwatchafrica.org
- www.sawitwatch.or.id
- www.forestpeoples.org
- www.forestpeoples.org
- <http://www.rel-uita.org>

Notas

- 1 - Wilmar on Environmental Stewardship - Land at www.wilmar-international.com/sustainability/environmental-stewardship/land/
- 2 - <http://theoilpalm.org/food-security/contribution-to-food-security/>
- 3 - Colchester, Marcus e Norman Jiwan, 2006. Ghosts on our Own Land: Indonesian Oil Palm Smallholders and the Roundtable on Sustainable Palm Oil. Forest Peoples Programme/SawitWatch
- 4 - www.simedarby.com/upload/Sime_Darby_Response_to_FOE_Allegations_Attachment_3_02.pdf
- 5 - Informação verbal de organização local em Sumatra, Indonésia.
- 6 - Overbeek W, Kröger M, Gerber J-F. 2012. An overview of industrial tree plantation conflicts in the global South. Conflicts, trends, and resistance struggles. EJOLT Report No. 3, 100 www.wrm.org.uy/publications/EJOLTplantations.pdf
- 7 - Kongsager, R. e Reenberg, A., 2012. Contemporary land-use transitions: The global oil palm expansion. GLP Report No. 4 GLP-IPO, Copenhagen. <http://ihdp.unu.edu/article/read/contemporary-land-use-transitions-the-global-oil-palm>
- 8 - Ver WRM e outras publicações listadas no final deste texto em “Mais informações sobre impactos das plantações de dendezeiros”.
- 9 - Euractive, 2012: Biodiesels pollute more than crude oil, leaked data show www.euractiv.com/climate-environment/biodiesels-pollute-crude-oil-lea-news-510437
- 10 - Reduced Emissions of Deforestation and Forest Degradation.
- 11 - Mecanismo de desenvolvimento limpo.
- 12 - Na página do WRM na internet, podem-se encontrar diversos materiais que explicam essa questão, por exemplo, o livreto “10 things communities should know about REDD”, em <http://www.wrm.org.uy/publications/10AlertsREDD-eng.pdf>
- 13 - Por ejemplo, la compañía Herakles que actúa en Camerún afirma: “Herakles Farms se compromete a escuchar las preocupaciones de todas las partes interesadas y a modificar sus prácticas cuando sea necesario”. www.cmtevents.com/aboutevent.aspx?ev=120927&
- 14 - Ver www.wrm.org.uy/countries/Liberia/uncertain_futures.pdf e <http://www.wrm.org.uy/bulletin/165/Cameroon.html>.
- 15 - Ver relatórios sobre Libéria e Gabão, listados no final deste texto, em “Mias informações sobre os impactos das plantações de dendezeiros”. 16 - Ver www.rel-uita.org/
- 17 - Dewy, P. et al, 2010. Research report: The oil palm plantation weakens the situation of women. Sawit Watch and Women’s Solidarity for Human Rights, Bogor.
- 18 - Ver “Baixo Aguán, grito pela Terra”, <http://blip.tv/play/AYOO6lgA.html?p=1>
- 19 - www.petrobras.com.br/pt/noticias/petrobras-investe-em-producao-de-biodiesel-no-para-e-em-portugal/
- 20 - Colchester, Marcus e Norman Jiwan, 2006. Ghosts on our Own Land: Indonesian Oil Palm Smallholders and the Roundtable on Sustainable Palm Oil. Forest Peoples Programme/Sawit-Watch.
- 21- www.flex-news-food.com/console/PageViewer.aspx?page=33410
- 22 - Em alguns países da América Latina, partem as novas plantações industriais de dendê também são destinadas ao consumo e produção domésticos ou regionais.
- 23 - Ver www.wrm.org.uy/publications/EJOLTplantations.pdf (Overbeek W, Kröger M, Gerber J-F. 2012. An overview of industrial tree plantation conflicts in the global South. Conflicts, trends, and resistance struggles. EJOLT Report No. 3, 100 p.)
- 24 - WRM briefing document, 2013. Tree plantations in the South to generate energy in the North: A new threat to communities and forests.
- 25 - Ver, por exemplo, a página da Wilmar na internet www.wilmar-international.com/who-we-are/core-values/, a maior empresa de plantações de dendê do mundo, e o da Sime Darby www.simedarby.com/core_values.aspx, a segunda maior.
- 26 - Ver www.antikorupsi.org, por exemplo, <http://www.antikorupsi.org/id/content/pasal-anti-pencucian-uang%C2%B8-membabat-kejahatan-kehutanan#translate-en> e <http://www.antikorupsi.org/id/content/mouna-wasef-menghitung-kerugian-negara-akibat-illegal-logging#translate-en>
Ver também: http://www.thejakartapost.com/search?search_words=Suwarna+Fatah+graft+cases&x=0&y=0, http://www.thejakartapost.com/search?search_words=Hartati+Murdaya+and+Amran+Batalipu+graft+case&x=0&y=0, <http://www.thejakartapost.com/news/2013/02/27/bpk-reports-26-mining-and-plantation-companies-police.html>, <http://www.thejakartapost.com/news/2013/06/07/asian-agri-told-pay-rp-43t.html>
- 27 - Ver, por exemplo, Artigo sobre a Wilmar e os direitos humanos: <http://www.wrm.org.uy/boletim/173/opiniao.html#6>
- 28 - <http://ir-media.wilmar-international.com/phoenix.zhtml?c=164878&p=irol-fundFinancialHighlights>
- 29 - simedarby.com/5_years_financial_summary.aspx
- 30 - http://www.wrm.org.uy/countries/Africa/Oil_Palm_in_Africa.html
- 31 - <https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/oil-palm-expansion-southeast-asia-2011-low-res.pdf>

Sobre este livreto

Como organização que tem como objetivo disseminar informações e alertar as comunidades para os impactos das grandes plantações de árvores, como parte de sua Campanha sobre as Plantações, o WRM produziu em 1999 um livreto chamado “Dez respostas a dez mentiras”, escrito por Ricardo Carrere. Seu objetivo era questionar e denunciar algumas das reivindicações absurdas por parte das empresas de plantação de árvores para celulose sobre os supostos benefícios de suas monoculturas de eucalipto, pínus e/ou de acácia. O livreto teve grande aceitação, mostrou-se útil no fortalecimento das lutas das comunidades contra as plantações de monoculturas de árvores, e tem sido muito usado pela nossa rede de organizações de base e ativistas.

Como o texto de 1999 se concentrou principalmente em plantações de madeira para celulose, e considerando o recente aumento da expansão das plantações de dendezeiros em todo o mundo, o WRM decidiu publicar uma segunda versão de “Dez respostas para dez mentiras”, concentrando-se, desta vez, em doze afirmações absurdas feitas pela indústria do dendê. Apesar das monoculturas de dendê compartilharem muitas das características das plantações de madeira para celulose, também há diferenças importantes que são destacadas neste texto.

Esperamos que este pequeno livreto ajude a fortalecer as lutas de todos aqueles que estão enfrentando e se opondo ao desenvolvimento de plantações de dendê em grande escala no Sul global. Esperamos, também, que estimule as comunidades afetadas para que continuem a adotar seu modo de vida e continuar expressando suas demandas e propostas de como a terra pode ser usada de forma a melhorar o seu bem-estar e o das gerações futuras. Estas propostas e alternativas de vida tendem a ser muito diferentes do modelo de grandes monoculturas de dendezeiros.

13 Respostas para 13 Mentiras sobre plantações de monoculturas de DENDÊ

Autores: Jutta Kill e Winfridus Overbeek

Gostaríamos de agradecer a Norman Jiwan, Rustam Efendi, Zenzi Suhadi, Chris Lang, Marcus Colchester e Gerardo Iglesias, bem como ao equipe do Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) por seus comentários e contribuições.

Design: Flavio Pazos

Segunda edição, março 2018

Av. Gral. María Paz 1615, office 3 - 11400 - Montevideo - Uruguay
Telephone/Fax: +598 2605 6943 - wrm.org.uy/pt - wrm@wrm.org.uy



 Swedish Society for Nature Conservation

A elaboração desta publicação foi possível graças ao apoio financeiro da ajuda pública sueca de cooperação ao desenvolvimento, através da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza, SSNC. As opiniões apresentadas neste documento não refletem necessariamente a opinião oficial da SSNC ou de seus doadores.

